



## IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19 PELOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL

*Felipe Sotto Maior Cruz<sup>1</sup>*

*Indígena do Povo Tuxá*

*Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus VIII, Paulo Afonso, BA, Brasil.*

**Resumo:** Diante da Pandemia de Covid-19 e da inação do governo do presidente Jair Bolsonaro para resguardar o direito básico à vida da população brasileira, os povos indígenas criaram estratégias, mobilização midiática, formas de organização social e resistências específicas para cobrar medidas de políticas sociais junto ao Ministério Público e ao Supremo Tribunal Federal. Esse Relato de Experiência, resultado da conferência ministrada pelo professor-indígena antropólogo Felipe Tuxá durante o VIII Aniversário do NEABI-UENF (19/11/2020) reflete sobre a importância das Ações Afirmativas, em especial, da Lei de Cotas Raciais na formação universitária de indígenas que atuaram diretamente na linha de frente do combate a esta pandemia.

**Palavras-Chave:** Povos Indígenas; Direito à Vida; Pandemia de Covid-19; Acesso à Educação; Racismo Institucional

### IMPORTANCE OF AFFIRMATIVE ACTIONS IN FACING THE COVID-19 PANDEMIC BY INDIGENOUS PEOPLES IN BRAZIL: REFLECTIONS ON SOCIAL ORGANIZATION AND FIGHTING STRUCTURAL RACISM

**Abstract:** In the face of the Covid-19 Pandemic and the inaction of the government of President Jair Bolsonaro to protect the basic right to life of the Brazilian population, the Amerindian peoples created strategies, media mobilizations, forms of social organization and specific resistance to demand political measures. together with the

---

<sup>1</sup> Prof. Dr. Felipe Tuxá - Felipe Sotto Maior Cruz. Indígena do Povo Tuxá. Bacharel em Ciências Sociais pela UFMG, Mestre e Doutor em Antropologia pela UnB. Professor da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação - Campus VIII, Paulo Afonso, BA. Pesquisador da Fiocruz e do OPARÁ. Membro do “Comitê de Indígenas Antropólogos” da ABA. E-mail: [tuxa.antropologia@hotmail.com](mailto:tuxa.antropologia@hotmail.com) ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9811-0042>

Public Ministry and the Federal Supreme Court. This Experience Report, the result of the conference given by the indigenous professor-anthropologist Felipe Tuxá during the VIII Anniversary of NEABI-UENF (11/19/2020), reflects on the importance of Affirmative Actions, in particular, the Racial Quota Law in the university education of indigenous people who acted directly on the front lines of the fight against this pandemic.

**Keywords:** Amerindian Peoples; Right to Life; Covid-19 Pandemic; Access to Education; Institutional Racism

### **IMPORTANCIA DE LAS ACCIONES AFIRMATIVAS EN EL FRENTE A LA PANDEMIA DE COVID-19 POR PARTE DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS EN BRASIL: REFLEXIONES SOBRE LA ORGANIZACIÓN SOCIAL Y EL COMBATE AL RACISMO ESTRUCTURAL**

**Resumen:** Ante la Pandemia del Covid-19 y la inacción del gobierno del presidente Jair Bolsonaro para proteger el derecho básico a la vida de la población brasileña, los pueblos amerindios crearon estrategias, movilizaciones mediáticas, formas de organización social y resistencias específicas para exigir medidas de política social en conjunto el Ministerio Público y el Supremo Tribunal Federal. Este Informe de Experiencia, resultado de la conferencia impartida por el profesor-antrópologo indígena Felipe Tuxá durante el VIII Aniversario de NEABI-UENF (19/11/2020) reflexiona sobre la importancia de las Acciones Afirmativas, en particular, la Ley de Cuota Racial en la educación universitaria de indígenas que actuaron directamente en la primera línea de la lucha contra esta pandemia.

**Palabras-clave:** Pueblos Amerindios; Derecho a la Vida; Pandemia de COVID-19; Acceso a la Educación; Racismo institucional

### **IMPORTANCE DES ACTIONS AFFIRMATIVES FACE À LA PANDÉMIE COVID-19 PAR LES PEUPLES AUTOCHTONES AU BRÉSIL: RÉFLEXIONS SUR L'ORGANISATION SOCIALE ET LA LUTTE CONTRE LE RACISME STRUCTUREL**

**Résumé:** Face à la pandémie de Covid-19 et à l'inaction du gouvernement du président Jair Bolsonaro pour protéger le droit fondamental à la vie de la population brésilienne, les peuples amérindiens ont créé des stratégies, des mobilisations médiatiques, des formes d'organisation sociale et de résistance spécifiques à la demande politique mesures. avec le ministère public et le Tribunal fédéral. Ce rapport d'expérience, résultat de la conférence donnée par le professeur-anthropologue indigène Felipe Tuxá lors du VIIIe anniversaire de NEABI-UENF (19/11/2020), réfléchit sur l'importance des actions positives, en particulier la loi sur les quotas raciaux en l'éducation universitaire des peuples autochtones qui ont agi directement en première ligne de la lutte contre cette pandémie.

**Mots-clés:** Peuples Amérindiens; Droit à la Vie; Pandémie de Covid19; Accès à l'éducation; Racisme Institutionnel

### **RELATO DE EXPERIÊNCIA**



Bom dia a todas e a todos<sup>2</sup>! Começo pedindo a benção à mestra jogueira Dona Noinha por esse início potente que tivemos aqui hoje, abrindo nossos trabalhos. Agradeço a professora Maria Clareth Gonçalves Reis pelo convite e saúdo a professora Helena Theodoro por estar compartilhando esse espaço conosco. Também quero agradecer, porque me sinto muito honrado por estar participando desse momento festivo. Inclusive, não sabia que se tratava de um aniversário do NEABI, estou aqui de “gaiato”, compartilhando desse momento com vocês, que parecem se conhecer há muito tempo, juntos nessa trajetória que estou gostando muito de conhecer. E também saudar vocês que estão em casa, que pararam suas atividades para estar nos assistindo via Youtube.

Estamos neste período crítico de isolamento social, até o momento esta é a única medida profilática efetiva para o combate à Pandemia de Covid-19. Todo mundo está muito apreensivo vendo os noticiários, mas às vezes buscando evitar as notícias com preocupação, do que estão chamando de segunda onda, de uma primeira onda dessa doença, que pelo que me parece, nunca acabou. Então, esses momentos nos quais conseguimos ainda nos encontrar, mesmo que virtualmente, devem ser momentos de acalento, como a professora Helena Teodoro falou: "somos povos do afeto".

Deste modo, esses momentos de afeto são importantes. Eu me chamo Felipe, sou do povo Tuxá, de Rodelas na Bahia, que é um município às margens do São Francisco, na divisa entre Bahia e Pernambuco. É um trecho encachoeirado do rio São Francisco, um lugar de muita beleza, muita sabedoria e muito encanto, que inclusive foi transformado por uma série de hidrelétricas, que foram construídas ali.

Além disso sou antropólogo por formação e no momento trabalho na Universidade do Estado da Bahia, em um curso de Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena para formação de professores indígenas. Portanto, todos os estudantes para quem dou aula são indígenas, professores de suas escolas nas aldeias. Inclusive da minha comunidade. O curso é bastante interessante e único. Nele temos aberto caminho para professores indígenas, que foram fazer sua formação acadêmica, diante de uma valorização do diploma, dessa formação hegemônica. E estamos

---

<sup>2</sup> Esse texto é resultado da transcrição e adaptação textual da conferência proferida pelo pesquisador-indígena durante o VIII Aniversário do NEABI-UENF (19/11/2020). A transcrição e adaptação foram feitas pelas bolsistas de Iniciação Científica Sibebe Souza Rodrigues, Laryssa Gonçalves dos Santos, Tomás Gabriel de Almeida Araújo e pela Profa. Dra. Lilian Sagio Cezar da UENF.



colhendo agora os frutos disso. Também destaco que tenho trabalhado com o tema do genocídio indígena e do racismo, mas quando se discute sobre racismo e povos indígenas nota-se que este assunto é muito invisibilizado. Às vezes aparece como discriminação, preconceito e falta de informação, por exemplo. Temos disputado usar essa categoria racismo para falar de uma série de violências.

Então, gostaria de chamar atenção de vocês para a gente pensar no que está acontecendo com os povos indígenas durante a pandemia de Covid-19 e tentar dialogar com a dimensão da educação e a dimensão do racismo. Vivemos em um momento adverso, marcado pela pandemia do Coronavírus que em muitos aspectos trata-se de uma realidade nova e singular, uma vez que, ao falarmos sobre povos indígenas e pandemia várias especificidades surgem, as quais podemos estar aqui pontuando.

O primeiro ponto que podemos abordar versa no aspecto que no presente existe muito viva na memória dos povos indígenas os efeitos devastadores que essas epidemias causaram ao longo dos séculos. Grupos inteiros foram dizimados por doenças como influenza, sarampo, varíola, malária e outras. Hoje, a população indígena aqui no nosso país não chega a um por cento da população nacional, isso de acordo com o Censo do IBGE de 2010. Não tem como falarmos desse empreendimento colonial que construiu isso que chamamos de Brasil sem pensar no papel que as epidemias tiveram enquanto estratégia colonial de governo.

Esta foi uma das estratégias através da qual o empreendimento colonial se tornou "bem sucedido". É uma guerra invisível de patógenos. Uma guerra que aconteceu simultaneamente com a guerra visível, a guerra dos colonizadores e dos bandeirantes que conhecemos tão bem. Nesse contexto, temos relatos das epidemias enquanto armas biológicas, que foram executadas por meio de ações como o exemplo recente da doação de cobertores contaminados durante a Ditadura Militar. Portanto, esse tema não é algo tão antigo assim. E essa contextualização é importante para podermos pensar as especificidades dessa pandemia do Coronavírus.

Estamos falando de um vírus que não é novo apenas para os povos indígenas, já que, dessa vez, é novo para todos. Entretanto, ao tratar dessa questão na perspectiva das comunidades indígenas notamos que o problema tem uma dimensão muito maior. Diante disso, fazemos os seguintes questionamentos: por que os povos indígenas são mais vulneráveis à pandemia? E por que, uma vez que o vírus chega a essas comunidades, as consequências são catastróficas? A partir disso, podemos considerar



alguns fatores como questões políticas, sociais e culturais. Assim, vamos pensar aqui por partes, sublinhando elementos como a estrutura de saúde que o governo oferece aos povos indígenas hoje. Temos uma secretaria a SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena - que consiste em um subsistema de saúde especial indígena, o qual é capilarizado por meio das Casas de Saúde Indígena (Casais), divididos em distritos sanitários especiais indígenas que são distribuídos pelo país em algumas localidades estratégicas com alguns Pólos-base, que atuam diretamente nessas comunidades. Essas estruturas estão vinculadas ao SUS consistindo em um subsistema dessa instituição.

Os Pólos-base e as Casas de Saúde Indígena contam com uma equipe multidisciplinar de saúde, que faz o atendimento de rotina e baixa complexidade das populações indígenas. Essa equipe vai realizar ações como vacinação e acompanhar pessoas enfermas com diabetes e colesterol, por exemplo. E no caso do coronavírus, se alguém em uma aldeia adoecer e manifesta a forma grave da doença, esse indígena deve ser removido para um hospital regional ou um hospital central para ser atendido pelo SUS. Isso, pois, não há estrutura nas aldeias para lidar com esse tipo de atendimento.

Alguns meses atrás conversei com dois médicos indígenas que trabalham na SESAI e eles relataram que naquele momento estava sendo ofertado pela Secretaria vários cursos para os profissionais aprenderem a lidar com a COVID. Contudo, ficam alguns desafios que permanecem até hoje, como justamente conseguir uma infraestrutura com equipamentos de proteção individual para todos, vacinação para gripe e a disponibilidade de testes para esses Pólos-base? Quando a gente fala que tem muito medo e temor diante do Coronavírus, fazemos isso porque sabemos o que acontece quando essas epidemias chegam em nossas comunidades. Hoje estamos extremamente preocupados com esse aumento de óbitos, entretanto, quando começou a circular em matérias no jornal, sobre esse vírus, não acreditávamos que chegaria às nossas aldeias.

Consideramos, naquele momento, que seria algo mais focado nas cidades. Depois, com o passar dos meses fomos conhecendo mais sobre o vírus e sua gravidade. Então, as comunidades começaram a agir, muito a partir da tomada de consciência sobre como o atual governo, que desde o início não tinha comprometimento conosco, está menosprezando os efeitos da pandemia, sobretudo, seus efeitos nos povos indígenas. Diante dessa situação, a primeira coisa que pensamos foi fazer o isolamento e evitar aglomerações. Muitas aldeias começaram a criar formas de barrar a entrada de pessoas



de fora. Entretanto, há comunidades nas quais realizar medidas com a mesma intenção é mais trabalhoso, por serem muito próximas de centros urbanos, como é o caso da minha, onde existe muito trânsito de pessoas cotidianamente.

Ao ser revisado o fluxo de atividades, como foi feito, por conta do isolamento, notamos que houve uma grande redução das atividades das cidades gerando muitas demissões. Vários indígenas que moravam nos centros urbanos ao serem dispensados de seus subempregos temporários em fazendas, justamente irão retornar para as suas comunidades. E muitas vezes, nesse retorno, levam o vírus junto. Então, por isso, as equipes de saúde começaram a realizar acompanhamento de quem estava entrando e saindo das aldeias. As ferramentas digitais foram muito importantes nesse processo. Eu mesmo estava na cidade e fui à aldeia em algum momento. Diante disso, logo recebi um *Whatsapp* da enfermeira indígena que falou: "oh, vocês chegaram hoje, por isso, tem que ficar em casa por alguns dias". Então, foi muito importante esse acompanhamento de perto para que a doença não se propagasse tanto.

Quando a comunidade é pequena é mais fácil saber quem entra e quem sai. Contudo, em aldeias maiores, isso já é mais complicado. Portanto, foi muito importante o papel dessas equipes multidisciplinares de indicar o isolamento social. Ao mesmo tempo, e neste caso entramos em uma questão bastante importante, que tornou evidente uma série de vulnerabilidades que é o fato de que a SESAI, essa secretaria que oferece atendimento aos povos indígenas, historicamente, não atende os indígenas em contexto urbano. Neste sentido, quando a pandemia chegou muitos indígenas que estavam trabalhando nas capitais ou cidades próximas tiveram que ir para as suas aldeias. Justamente, porque sabiam que estando em cidades não receberiam o atendimento específico para indígenas, e este tem sido o ponto crítico no debate.

E vocês podem me perguntar: "Ah, Felipe, quem está interessado em ver qual é a situação dos povos indígenas? Onde posso encontrar dados? Onde eu posso ajudar?" Temos os dados que são produzidos pelo governo, os boletins epidemiológicos, e sabemos hoje em dia que o governo não quis produzir uma transparência em fornecer estes dados. Um consórcio de mídia e o próprio Movimento Indígena que foram atrás desses dados.

Quando se trata dos povos indígenas, a SESAI fazia esses boletins epidemiológicos indicando os números de infectados e os números de óbitos. No entanto, a SESAI não contabilizava indígenas fora das aldeias. E aí, o que o Movimento



Indígena fez então? A *APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil* elaborou mecanismos de apuração de dados conectando todas as organizações indígenas no Brasil para que as próprias comunidades fizessem um levantamento e mandassem informação através do *Whatsapp*, para criar o levantamento de dados pautado na realidade dos grupos. Sendo assim, a APIB começou a criar um *site* que inicialmente se chamava *Quarentena Indígena*, disponibilizando dados sobre a pandemia e os povos indígenas.

Quando você acessava o site do Movimento Indígena, o número de vítimas da COVID-19 era muito superior ao número oficial do governo que era o produzido pela SESAI, justamente por não reconhecer indígenas em contexto urbano, neste sentido, não contabilizando tais dados e assim a subnotificação do número oficial passava uma falsa realidade do que estava acontecendo com as comunidades indígenas em um contexto extremamente ingrato, que é um contexto que vimos no país como um todo. A subnotificação foi uma política de Estado, foi uma medida de negar a gravidade da doença que estamos acompanhando.

Não sei vocês lembram ou se algum de vocês acompanharam no noticiário, mas a primeira indígena que veio a óbito pelo Coronavírus foi uma senhora do povo Borari, localizado em Alter do Chão, distrito de Santarém, PA e esta senhora não teria sido contabilizada pelos dados oficiais do governo. Somente no dia 04 de maio de 2020, o Ministério Público Federal entrou com Ação Pública para que a SESAI contabilizasse este óbito. O Ministério Público Federal do Pará, desde 2018 já tinha sido assertivo na necessidade de atendimentos aos nossos povos, pois compreendia que o direito ao atendimento específico não se perdia caso a pessoa indígena morasse na cidade. No documento do Ministério Público do Pará de 2018 já se entendia esta negligência como racismo institucional. A pandemia deixou evidente esta situação, ela não é nova, é uma situação de vulnerabilidade histórica.

A subnotificação é uma situação que tende a crescer por conta do próprio racismo contra os povos indígenas. E esse racismo institucional de negar o conhecimento aos sujeitos indígenas vem de longa data. Se olharmos os Censos do IBGE podemos perceber que eles produzem esta invisibilidade como política de Estado. Se você diz que tem menos índio, então morre menos índios. Se você esconde esses dados de forma oficial, então torna-se uma guerra pela produção de dados, uma guerra que o Movimento Indígena tomou para si. Através da APIB, através das nossas



organizações buscamos produzir e evidenciar os dados verdadeiros sobre como está sendo tratada a situação indígena e como a subnotificação, que é a tradução prática do racismo institucional, faz parte de uma política de extermínio, invisibilização e apagamento dos povos indígenas. Nem quando esses sujeitos indígenas morrem de coronavírus, nem no ato de sua morte eles estão sendo reconhecidos como indígenas.

Você tem uma situação onde os territórios não são demarcados, eles são lugares de extremo conflito com fazendeiros, criminalização de lideranças o que leva, às vezes, as famílias a irem para a cidade e se submeterem às condições de subempregos e invisibilização. Essas preocupações pioram, pois sabemos que este governo é abertamente anti-indígena. Um governo que antes de ser eleito falava em campanha, que caso fosse eleito não demarcaria nem um centímetro de terra indígena.

Sabemos que a terra é a principal pauta do Movimento Indígena e a terra é a pauta que menos avança. Temos progressos na saúde e educação, mas estes só avançam se você possuir seus direitos fundamentais assegurados: viver em seu território. Então, este governo disse abertamente que não demarcaria e depois confirmou: nenhum milímetro de terra foi demarcado para os povos indígenas. Neste sentido, sempre há alguma comoção em torno desse momento político crítico que atravessamos e que muda o foco de atenção das pessoas, como no caso de uma pandemia.

É justamente neste momento que os governos e os setores anti-indígenas tentam passar projetos de leis contrários aos direitos indígenas. Ou seja, quando está todo mundo distraído com o Coronavírus, lá em Brasília, o pessoal está votando por políticas na tentativa de alterar os direitos indígenas que foram assegurados na Constituição Federal de 1988. Isto é o que chamamos na política de “cortina de fumaça”, eles usam a distração para votar em coisas que estavam engavetadas, e neste momento nossas lideranças não podem ir para Brasília como sempre fazem. Pois, sempre que está sendo votado algo, como o Marco Temporal que vai ser votado agora, mobilizamos as delegações e acampamos lá, fazendo pressão política.

Durante a pandemia não se pode fazer isto, então é o momento ideal para fazer este tipo de política por debaixo dos panos. Foi o que o Ministro Ricardo Sales falou com aquela declaração de “tocar boiada”. Agora, para ele e seus grupos, é o momento de fazer mudanças na legislação ambiental, já que ninguém está prestando atenção nisso. A pandemia se agrava, devemos ficar mais atentos, através dos nossos advogados indígenas, das lideranças.



Ao mesmo tempo, a pandemia não fez com que se cessassem as ameaças aos territórios indígenas. Durante a pandemia, o garimpo ilegal não parou nas terras indígenas, as retiradas de madeira e a presença dessas pessoas nessas terras indígenas, caracterizam-se como risco, sendo inclusive vetores de transmissão do Coronavírus. É o que está acontecendo no território Yanomami onde se tem a expectativa de mais de 21 mil garimpeiros ilegais vivendo no local.

Uma outra coisa que temos visto é que a pandemia talvez seja a primeira grande crise em escala nacional, em que estamos colhendo os resultados de forma mais clara, de forma mais evidente da Lei de Cotas. Quando falamos da entrada de indígenas no ensino superior, estamos falando de uma entrada muito recente. A Lei de Cotas vem trazer, pelo menos no plano legal, garantias legais de que os indígenas entrem no ensino superior. Eu (Felipe), faço parte de um grupo de indígenas que foram para o Ensino Superior através de políticas afirmativas, não necessariamente por lei de cotas, mas antes, por ações que estavam desenhadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Hoje temos um número estimado de 60 mil indígenas no Ensino Superior. Já temos alguns egressos, e hoje na pandemia, esses egressos foram cruciais para o enfrentamento da crise. Esta é a primeira grande crise em que nós mesmos estamos produzindo as memórias em torno deste evento, disputando as narrativas históricas sobre o que está acontecendo com os povos indígenas e produzindo dados sobre a pandemia e povos indígenas. Este é um momento diferente, pois cada vez mais estamos fortalecendo os quadros técnicos de indígenas, e isso significa o quê? Maior autonomia e poder de barganha e de luta!

Antes a gente tinha os advogados brancos, os aliados brancos, que ainda estão trabalhando conosco, mas cresce cada vez mais os nossos próprios profissionais ocupando esses lugares. Então, se as equipes multidisciplinares de saúde tiveram maior sucesso em comunicar para as aldeias que agora não se poderia mais fazer aquele ritual como a gente costuma fazer, por que está acontecendo isso e aquilo, isso só foi possível porque a gente tinha médico, enfermeiro, professor indígena e em algumas aldeias, ainda é um movimento muito minoritário, pelo menos a presença de médicos indígenas, mas nós temos uma modalidade de agente de saúde indígena, que são profissionais da área da saúde, enfermeiras indígenas que compõem as equipes multidisciplinares, porque sem esses profissionais indígenas esse diálogo teria sido muito mais complicado.



Como você explica para um ancião, para uma liderança, para uma parteira que não pode mais fazer o ritual que sempre foi feito, o ritual de cura, o ritual de purificação que envolve, na maioria das vezes, a coletividade? São rituais que a gente precisa estar junto para fazer. Então foi preciso que esses profissionais trabalhassem, como também foi de extrema importância nesses momentos a atuação de advogados, antropólogos e profissionais das áreas de comunicação indígenas que passaram por esse processo formativo e que juntos com as lideranças e os conhecimentos tradicionais fizeram enfrentamento no plano legal, por exemplo, pressionando o governo, movendo Ação de Representação Pública.

Durante a pandemia, a gente teve a primeira Ação colocada no Supremo Tribunal Federal (STF) com um advogado indígena. Ou seja, 520 anos depois da chegada dos invasores a gente teve uma primeira representatividade no STF com sete advogados indígenas representando uma organização indígena. A palavra não é bem Ação, eu não sou do direito, com uma proposta de fazer, obrigar, o governo de Bolsonaro a criar um plano emergencial de ação<sup>3</sup> nas comunidades indígenas durante a pandemia. E isso foi aceito, foi unânime, foi uma votação histórica no Supremo Tribunal Federal. Isso aconteceu justamente porque estamos formando nossos quadros! Estamos atuando em defesa das nossas comunidades, algo que era impensado há vinte anos atrás, antes de ter essas pessoas formadas e atuando dessa forma e também não seria possível antes da Constituição Federal de 1988.

Para quem não sabe, antes de 1988, nós nem poderíamos nos representar em juízo. Os povos indígenas antes de 1988 eram vistos, eram enquadrados juridicamente, numa categoria de relativamente incapaz. Só foi em 1988 que a gente teve reconhecido pelo Estado Brasileiro a capacidade de pensar, responder, de agir plenamente. Então a gente está falando de um processo extremamente recente. Geralmente eu até faço uma analogia comparando a Constituição de 1988 com a abolição da escravatura em 1888 para os povos negros do país. Cem anos depois, em 1988, é que a gente vai adquirir o direito de ser visto como sujeito pensante, dentro do imaginário político e legal brasileiro. Então a gente está falando de algo muito recente e isso, eu acho, que é uma coisa que a gente tem que estar marcando no horizonte, pensar o que está acontecendo hoje com essa participação, inclusive na defesa das políticas afirmativas como algo que

---

<sup>3</sup> Para maiores informações ver: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/liminar-do-stf-obriga-governo-a-protger-povos-indigenas-durante-a-pandemia>



é extremamente necessário, como um avanço significativo para os povos negros quilombola e indígenas. Hoje nós mesmos, finalmente, estamos pensando na representatividade e pautando as nossas próprias agendas e cada vez mais isso é algo que se desenha aí no horizonte.

Chegando ao fim da minha exposição, alguns aspectos culturais que a pandemia trouxe de forma muito evidente, para os povos indígenas, quando a gente fala de povos indígenas estamos falando de 305 povos indígenas, cada um com o seu projeto de nação, cada um com o seu modo de ser e estar no mundo. A gente está falando de mais de 270 línguas indígenas, cada povo então, tem a sua forma de lidar com doença, adoecimentos e cura, cada povo tem os seus princípios de explicar o que é o corpo enfermo, o que causou aquela doença, a gente tem o nosso modo de lidar, as pessoas responsáveis inclusive para fazer a intervenção de cura e as teorias e conhecimentos passados de geração em geração, ensinados para cada um.

Cada comunidade tem o seu ritmo, o que você faz com quem morre? Como a comunidade restabelece a sua vida cotidiana depois da perda de um dos seus, depois da perda de um líder? A pandemia atravessa inclusive, ameaçando a continuidade desses processos. Se a gente considerar que os mais vulneráveis diante da pandemia são os mais velhos, e nos nossos povos, onde a tradição é passada através da oralidade, quem guarda esses saberes são os mais velhos, eles são as verdadeiras bibliotecas e são eles os mais ameaçados, com isso ameaça toda uma cadeia historicamente tradicional de transmissão. E quando a gente fala de isolamento social a gente precisa ter esse diálogo, e como fazer esse diálogo com as comunidades de uma forma que vários povos eles tenham entendimento que o Coronavírus é doença de branco, pois foi branco que trouxe, então é diferente das nossas doenças que a gente sabe como tratar, mas nem por isso as práticas rituais de fechar o corpo e de cura deixariam de fazer sentido no caso desse adoecimento.

Então é por isso que é importante ter a atuação dos profissionais indígenas para fazer então essa comunicação, explicar que no momento não dá para fazer alguns rituais de cura porque implicaria em deixar a comunidade mais vulnerável, assim como aglomeração e práticas coletivas. Se a gente for olhar dentro das comunidades indígenas, a gente precisa pensar qual é o padrão habitacional? Quantas pessoas moram dentro de uma casa indígena? Quantos cômodos têm? Tudo isso torna difícil esse diálogo de você pensar, “bom tem que ter isolamento né”, como você vai explicar isso?



Por isso é muito importante fazer esse diálogo de forma intercultural, de uma forma que respeite cada uma das culturas indígenas e de uma forma que não hierarquize os saberes, então como fazer isso sem desvalorizar os conhecimentos indígenas sobre os adoecimentos? Então isso é bastante desafiador, estamos então lidando com esse cenário.

*Recebido em: 20/03/2022*

*Aprovado em: 30/04/2022*